



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 27 de junho de 2013

Juliana Moura

O Conselho Regional de Medicina de Sergipe (Cremese) entregou na última sexta-feira, 21, ao Ministério Público Estadual (MPE), um relatório que aponta diversos problemas encontrados no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) que vão desde a escassez de material básico e medicamentos até o alto índice de óbitos em uma ala que é destinada apenas à observação de pacientes. E devido ao conteúdo deste documento, que foi elaborado durante seis meses, o MPE entrará com mais um ação civil pública contra a unidade, onde determina que o Estado e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) tomem providências emergenciais no prazo de 120 dias para melhorias no local e também pedirá ao Poder Judiciário uma intervenção judicial fiscalizatória para a unidade.

Segundo a promotora de justiça Euza Missano, o MPE recebeu o relatório do Cremese e constatou que vários pontos abordados no documento já foram e ainda são alvo de diversas ações ajuizadas pelo órgão. "É um relatório extenso e os fatos contidos nele coincidem com as ações que o MPE entrou contra o hospital. São apontados no documento problemas como a falta de material básico e medicamentos, higienização inadequada nos pacientes e também na unidade, além de falhas internas de gerenciamento, que é um ponto muito sério. E já ajuizamos ações para todas essas questões, mas constatamos que a maioria das liminares contra o hospital não vem sendo cumpridas", disse.

Ainda de acordo com ela, por causa da falta de providências do Estado e da Fundação, e com o relatório que mostra claramente os inúmeros problemas do hospital, o MPE pedirá a intervenção fiscalizatória para o HGJAF. "Vamos enviar ao Poder Judiciário o relatório feito pelo Cremese e também 14 ações movidas pelo MPE contra a unidade. Baseado nisso, pediremos a intervenção e se for acatado um interventor ficará no hospital durante 120 dias para ver "in loco" os setores e dar o diagnóstico. Para se ter uma ideia a situação é tão séria que a superintendente e o diretor técnico do hospital já solicitaram uma intervenção ética devido ao risco diário de uma prática médica", informa.

• **Relatório**

Entre os problemas do HGJAF apontados no relatório, estão três que, segundo Hyder Aragão, conselheiro fiscal do Cremese, são gravíssimos e já demonstram a situação em que se encontra o hospital: um é

MPE irá pedir intervenção judicial fiscalizatória no HGJAF
Órgão deu ainda um prazo de 120 dias ao Estado e à FHS para que tomem providências



■ **O MPE constatou** que vários pontos abordados no relatório do Cremese já foram e ainda são alvos de diversas ações ajuizadas

referente à falta de roupa para médicos, o outro sobre o alto número de óbitos na ala azul da unidade e também sobre o ponto biométrico dos funcionários.

De acordo com Hyder, ele fez um registro fotográfico de um médico com a roupa suja de sangue porque não havia outra para trocar, que 75% dos óbitos da ala azul da unidade, que é destinada apenas a observação dos pacientes e não há internação, ocorrem nas primeiras 24h do atendimento e que o ponto biométrico do hospital é anárquico.

“Encontrei um médico na ala vermelha com a roupa suja de sangue, que pode contaminar o local e outros pacientes. Perguntei por que ele não tomou um banho e tirou a roupa. Fiquei assustado com a resposta do médico. Ele disse que não tomou banho porque não tem onde tomar e que não trocou a roupa porque os médicos não têm vestimenta privativa. Ou seja, não há uma condição mínima de trabalho. Já na ala azul, temos documentos oficiais que mostram um grande número de óbitos. Nessa ala, o paciente é medicado e vai para casa. No máximo ele fica em observação. E vimos

que 75% das mortes ocorrem nas primeiras 24h. Como explicar um fato desastroso como esse em uma ala que funciona praticamente para atendimentos ambulatoriais? E quanto ao registro do ponto biométrico, não há controle algum da entrada e saída dos fun-

“

Precisamos de uma solução emergencial para isso tudo”

Euza Missano | Promotora

cionários porque o equipamento é anárquico. Um verdadeira desorganização”, declara.

E o conselheiro fiscal completa dizendo que o que se vê no HGJAF é a consequência de uma política de saúde errada. “Há poucos anos foi criado um processo de fundações que desmoronou toda a estrutura de saúde. É uma falência crônica e os problemas não são pon-

tuais. Eles estão enraizados e caracterizam uma falta de gerenciamento adequada”, afirma.

• Outras ações

Somente nesta última semana, o MPE moveu duas ações contra o Hospital Governador João Alves Filho. Uma sobre as 40 toneladas de prontuários que a unidade mandou para uma terceirizada fazer a digitalização dos documentos e outra referente à fila de pacientes que esperam para serem submetidos a uma cirurgia oncológica.

“Como é que um hospital que atende aproximadamente 15 mil pessoas por mês não tem um sistema informatizado para digitalizar os prontuários? São documentos que contém informações particulares e que foram enviados para uma terceirizada digitalizar. Isso está errado. E a outra ação foi sobre os pacientes oncológicos que estão na fila há meses, esperando por uma cirurgia. Muitos aguardam desde novembro do ano passado. A unidade está agonizando e as pessoas sofrendo cada vez mais. Precisamos de uma solução emergencial para isso tudo”, declara Euza Missano.